

O CEDES, como centro membro da CLACSO, e o Comitê Editorial da *Educação & Sociedade* têm a satisfação de comunicar aos seus associados, autores e leitores da Revista o recebimento do *Fondo de Apoyo “Juan Carlos Portantiero”* para o presente número. Consideramos que esse apoio vem significar o reconhecimento da visibilidade, responsabilidade e comprometimento editorial da *Educação & Sociedade*, como instrumento de divulgação e difusão do conhecimento produzido no campo da educação. O Comitê Editorial, por esse motivo, decidiu incluir esta informação e o crédito da CLACSO neste Editorial.



**FONDO DE APOYO A LAS REVISTAS DE CIENCIAS SOCIALES DE AMÉRICA
LATINA Y EL CARIBE
“JUAN CARLOS PORTANTIERO” (2009)**

El presente número de la *Revista Educación & Sociedad* recibió un subsidio del **Fondo de Apoyo a las Revistas de Ciencias Sociales de América Latina y el Caribe “Juan Carlos Portantiero”** del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO).

Creado en el 2007, el Fondo de Apoyo ‘Juan Carlos Portantiero’ es una iniciativa destinada a promover la publicación de revistas académicas de reconocida trayectoria y producción académica editadas por los centros miembros de CLACSO.

CLACSO es una red de 254 instituciones académicas que realizan actividades de investigación, docencia y formación en el campo de las ciencias sociales en 25 países: www.clacso.org

No ano em que completa seus 30 anos, o CEDES retoma a realização do Seminário de Educação Brasileira, interrompida na década de 1970, ao aderir ao amplo movimento nacional pela democratização e renovação da educação. Os desafios atualmente colocados à educação brasileira motivam o CEDES a retomar o projeto original dos seminários, colocando em debate questões como as novas tendências da relação entre o público e o privado na oferta da educação e sua regulação, por parte do Estado; os sistemas nacionais de educação na América Latina; os processos de regulação e as políticas da educação; a expansão da educação a distância no ensino superior e seus impactos sobre a formação; a desigualdade social e a educação.

Finalizada a programação do II Seminário de Educação Brasileira, “Os desafios contemporâneos para a educação brasileira e os processos de regulação”, a Comissão Organizadora disponibilizou as respectivas informações no site <www.cedes.unicamp.br/seminario/seminario/html>. Ali mesmo poderão ser feitas as inscrições, consultadas as normas para apresentação de comunicações e, enfim, conhecidos a proposta e os objetivos do seminário. Os Eixos temáticos para inscrição de trabalhos são:

Eixo 1: O público e o privado na oferta da educação brasileira

Eixo 2: Quantidade e qualidade na educação brasileira

Eixo 3: Políticas educativas e processos de regulação

Eixo 4: Sistemas de educação no Brasil e na América Latina

Eixo 5: Educação, desigualdade e justiça social.

A relação entre a temática do II Seminário de Educação Brasileira/CEDES e da CONAE é evidente quando se compara os eixos temáticos do documento referência da Conferência Nacional com os temas do Seminário, conforme mostra o quadro a seguir:

| Atividades previstas pelo II Seminário Brasileiro de Educação/CEDES | Eixos norteadores para a CONAE |
|--|---|
| 1- Conferencia de abertura – La educación en tiempos de globalización: quién se beneficia?“. 2- Mesa-redonda: Sistemas educacionais, Estado e globalização. | Papel do Estado na garantia do direito à educação de qualidade: organização e regulação da educação nacional e qualidade da educação. |
| Mesa-redonda: Educação e crise: perspectivas para o Brasil. | Gestão democrática e avaliação. |
| Mesa-redonda: O conhecimento como instrumento de regulação da ação pública em educação. Mesa-redonda: Educação superior, expansão e qualidade: a EAD na tensão entre o público e o privado. | Democratização do acesso, permanência e sucesso Escolar. |
| Mesa-redonda: Formação, qualidade da educação e condições de trabalho. | Formação e valorização dos profissionais da educação. |
| Mesa-redonda: As interfaces entre o público e o privado para a oferta educacional. | Financiamento da educação e controle social. |
| Conferência de encerramento: Educação, desigualdade e justiça social. | Justiça social, educação e trabalho: inclusão, diversidade e igualdade. |

Pode-se observar que, ao longo do tempo, o Plano Nacional da Educação (PNE) de 2001 a 2020, a ser instituído pelo Congresso Nacional, tem conquistado espaço na CONAE: sua potencialidade está sendo descoberta! A partir dessa “des-coberta” pela sociedade civil, os canais de concretização de sua luta e colaboração serão percebidos como possibilidade de luta, porque serão transparentes. Nestas condições, espera-se que esta centralidade impulse e legitime a mobilização da sociedade civil nas diferentes instâncias da CONAE, dando-lhe o caráter de legitimidade como forte instrumento, no sentido da construção e da garantia de uma provável elaboração de uma política de Estado para a área.

Neste prisma, uma das atuais e mais auspiciosas e bem-vindas ações da Comissão Organizadora Nacional da CONAE consiste no esforço de articulação entre as diferentes instâncias comprometidas com a construção do PNE: as Comissões de Educação das Casas do Senado Federal e da Câmara de Deputados do Congresso Nacional, o Conselho Nacional da Educação, o MEC e a Secretaria da Presidência da República.

O processo de articulação das instâncias formuladoras do PLN é estratégia privilegiada no momento, considerando que, em 30 de junho pp., a Comissão de Educação e Cultura da Câmara, em parceria com a Comissão de Educação do Senado e o CNE, iniciou um processo de consulta sobre o novo CNE, com a realização de uma videoconferência de abrangência nacional. Está prevista a realização, até o final de 2009, de sete encontros presenciais, sendo dois no Norte e no Nordeste e um em cada uma das demais regiões do país.

Um acordo estabelecido nestas articulações realizadas é de que as resoluções da CONAE serão utilizadas pelo Congresso Nacional como referência para a construção do novo PNE (2011 a 2020). A determinação surgiu nesta quarta-feira, 19/08, após três reuniões entre representantes da Comissão Organizadora Nacional do evento e os presidentes do CNE e das Comissões de Educação da Câmara e do Senado (informação da Comissão Organizadora Nacional).

Outra importante medida que urge ser concretizada é a publicação, pelo MEC, da avaliação do atual PLN (2001-2010), realizada por uma comissão instituída pelo Ministério.

As articulações da CONAE com o CNE e os poderes Executivo e Legislativo constituem a pedra de toque da conjunção dos esforços coletivos que permeiam as sociedades política e civil, configurados na construção do Sistema Nacional da Educação e no estabelecimento dos princípios e metas do Plano Nacional da Educação. Esses esforços, plenos de

vontade política, orientam-se para a constituição do cerne do PNE (2011-2020) como política de Estado. Espera-se, dessa forma, que evite a repetição da experiência da elaboração do atual PNE (Lei n. 10.172/2001), ocasião em que se confrontaram, no Congresso Nacional, dois projetos opostos: um resultante de amplo debate na sociedade civil, consubstanciado na proposta do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública de qualidade, gratuita e laica, e, outro, oriundo do governo FHC. Com grande esforço, foram possíveis alguns consensos entre as duas propostas, mas, mesmo assim, importantes questões de fundo foram perdidas em meio à luta política dentro do Congresso, no período de tramitação do projeto oficial. Lembre-se a diminuição do percentual do Produto Interno Bruto (PIB), destinado à educação: 10% era a posição do projeto proposto pelo Fórum e o percentual finalmente aprovado foi 7%. Este percentual foi posteriormente vetado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, com forte prejuízo para a educação nacional. Sem financiamento articulado e garantia da exequibilidade das metas propostas, estas, como afirmou Cury, recentemente, tornaram-se sonhos ou desejos ou utopias...

O II Seminário de Educação Brasileira, 30 anos do CEDES, vem se somar ao esforço da sociedade civil para a construção de uma *política de Estado* para a área de educação.

As idéias do CEDES são de que a descontinuidade das políticas públicas da educação e de caráter governamental, quiçá partidárias, é marca que, entre outras dimensões, impede a reconstrução de uma escola de qualidade no país, direito de todo cidadão brasileiro e dever do Estado. As políticas afirmativas são pontuais e não substituem a formulação de um amplo projeto de uma sociedade mais justa, na qual todos os brasileiros possam realizar-se como cidadãos.

Esta foi a luta do CEDES, nos seus 30 anos de existência, e continuará sendo no futuro!

O Comitê Editorial de *E&S* junta-se a todos os colaboradores e leitores desta revista para uma derradeira homenagem ao colega Nilton Bueno Fischer que, no último dia 26/07/09, subitamente nos deixou órfãos de seu grande talento, de sua convicta militância, especialmente em favor dos mais despossuídos, e de sua imensa bonomia, que honravam a instituições e entidades onde atuou e a todos os seus colegas e amigos.

COMITÊ EDITORIAL